

MOSAICO ECONÔMICO DO BRASIL: A ECONOMIA DO ESPÍRITO SANTO NO FINAL DO SÉCULO XIX

Levy Soares da Silva¹

RESUMO

A História Econômica constitui um campo de conhecimento que possibilita uma multiplicidade de análises e interpretações que propiciam à sociedade um saber inestimável, pois não despreza as pessoas e não despreza os números. Compreendendo que a economia brasileira no século XIX era formada por um mosaico de economias regionais, nos propomos a analisar uma peça desse mosaico, a saber, a economia do Espírito Santo no século XIX. Para tanto utilizaremos uma fonte pouco explorada, um livro de viagem (*Viagem ao Espírito Santo – 1888*, escrito pela princesa Teresa da Baviera) analisando os dados econômicos nela disponível em diálogo com a bibliografia capixaba já produzida sobre o período em questão, propondo um olhar diferenciado em escala para compreender o papel do Espírito Santo no mosaico econômico brasileiro.

História. Economia. Espírito Santo. Século XIX. Livro de viagem

ABSTRACT

The Economic History is a field of knowledge which enables a multitude of analyzes and interpretations that provide the company an invaluable knowledge as it does not despise the people and does not despise the numbers. Understanding that the Brazilian economy in the nineteenth century was made up of a mosaic of regional economies, we propose to analyze a piece of that mosaic, namely the economy of the Holy Spirit in the

¹ Professor de História, Especialista em Gestão Educacional Integrada - Instituto Superior de Educação de Afonso Cláudio – ISEAC. E-mail: lls.18@hotmail.com

nineteenth century. To do so will use a underdeveloped source, a travel book (Journey to the Holy Spirit - 1888, written by Princess Teresa of Bavaria) analyzing the economic data it available in dialogue with capixaba bibliography ever produced about the period in question, proposing a look differentiated scale to understand the role of the Holy Spirit in the Brazilian economic mosaic.

History. Economy. Espírito Santo. Nineteenth century. Travel book

INTRODUÇÃO

A História e a Economia constituem dois campos do conhecimento que são fundamentais para a sociedade, cada qual contribui a seu modo. Mas, quando se conjugam na chamada História Econômica formam uma indiscutível dupla dinâmica que potencializam o seu contributo a sociedade na medida em que estuda os fenômenos econômicos no passado e também os fatos do passado à luz da análise econômica, numa viável contrapartida. Sem que uma se sobreponha a outra, extraem cada qual o melhor de si, onde “não cabe uma disputa entre historiadores e economistas, mas uma troca de conhecimentos entre as duas disciplinas” (PEREIRA, 2005, p. 5).

“É uma importante conquista da historiografia brasileira a superação da perspectiva em que a história econômica do Brasil era tomada como um somatório de ciclos de produtos (açúcar, ouro, café), os quais teriam trajetórias similares (nascimento, auge, declínio). [...]. Trata-se, então, de entender a economia brasileira no século XIX como regionalmente diversificada do ponto de vista da produção, dos mercados, das relações de trabalho, das estruturas fundiárias” (PAULA, 2012, p. 183).

Nesse sentido, os estudos regionais além de compreenderem a realidade local ajudam na compreensão do todo. Assim, “o fato das diferentes regiões coloniais compartilharem estruturas sociais e políticas, como a escravidão e o colonialismo português, permite que investigações historiográficas localizadas auxiliem na compreensão do mosaico colonial brasileiro” (CARVALHO, 2010, p. 19).

A História Econômica possibilita enxergar as relações sociais por trás dos números, mas sem desprezar os números e é isso que a faz ser tão inovadora, pois possibilita um profícuo diálogo de conhecimentos, e

Com isto, as relações sociais passaram a ser inquiridas sob seus diversos ângulos. As práticas culturais, parentais, econômicas, políticas etc., tornaram-se inseparáveis.

Compunham as experiências e as estratégias de pessoas e grupos sociais. Por meio destes fenômenos, podia-se perceber a lógica da sociedade estudada, não mais petrificada, porém em movimento (FRAGOSO, Apud CARVALHO, 2010, p. 18).

Embasados nisso, temos como objetivo nesse artigo estabelecer parâmetros de conhecimento acerca da economia capixaba, considerando que o estudo da História Econômica dialoga com a História Social, a História Política e a História das Mentalidades, evidenciando uma correlação estrutural entre os setores que definem os contornos sócio-políticos de uma época. Destarte, utilizaremos como fonte o livro de viagem: *Viagem ao Espírito Santo – 1888*, escrito pela princesa Teresa da Baviera quando excursionou pelas terras brasileiras no final do século XIX, e tendo visitado a então Província do Espírito Santo deixou significativos registros sobre a mesma, inclusive sobre a sua economia. Assim, interessa-nos compreender de que forma o olhar estrangeiro apreendeu e registrou os aspectos econômicos da Província do Espírito Santo num momento de transição: transição de mão de obra e política, sendo que o principal produto agroexportador, o café, ainda permaneceria nessa posição por mais algum tempo, atingindo o Brasil República.

Procuramos aqui realizar uma abordagem que entendemos que a História Econômica possibilita, pois ao optar por um livro de viagem como fonte nos distanciamos um pouco das fontes tradicionais do período em questão, principalmente, os relatórios governamentais. Isso não quer dizer que os dados oficiais serão negligenciados, ao contrário vamos dialogar os dados disponíveis da nossa fonte com os dados oficiais presentes na bibliografia produzida sobre o assunto no Espírito Santo, pois na historiografia capixaba esses dados oficiais já foram fartamente analisados e acredito que possam ser complementados na perspectiva que aqui proponho.

A nossa hipótese é a de que o Espírito Santo não se manteve alheio às províncias circunvizinhas, funcionando como entreposto comercial e atuando nas redes mercantis internas e externas que se afirmaram no século XIX no Brasil, compondo o grande mosaico da economia nacional, bastante diversificada regionalmente. Assim, a produção capixaba não era apenas de subsistência, ela direcionava-se para o mercado, uma vez que havia excedente, após o suprimento do mercado interno. E

Além disso, o Espírito Santo chega ao século XIX, inserido na lógica política, social e econômica da época, confirmado pelo consumo de gêneros importados e pela produção que, mesmo diversificada e desenvolvida em pequena escala, era sim, voltada para comercialização (CARVALHO, 2010, p. 31).

Sem perdermos de vista que estamos propondo um olhar diferenciado, e que a análise de um locus específico não é inválida para a História Econômica, vamos buscar nesse artigo a operacionalização do conceito de escala em estudos históricos, qual seja

Uma abordagem diferente, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve (REVEL, 1998, p. 21).

E trilharemos por esse caminho, pois “[...] nada indica que a História Econômica não possa incorporar os ganhos derivados da vertebralização do saber histórico proposta pelas vertentes mais recentes” (FRAGOSO; FLORENTINO, 2011, p. 36). Isso sem desconsiderar, ou menosprezar, de forma alguma que

Desde a década de 1930 até a de 1970, Caio Prado, [Roberto] Simonsen, [Celso] Furtado, [Fernando] Novais, Ciro Flamarion Cardoso e [Jacob] Gorender buscaram montar quadros explicativos que dessem conta da sociedade e economia coloniais, apontando inclusive para os condicionamentos estruturais futuros. Em que pese, por vezes, as profundas divergências teóricas e diferenciados graus de embasamento empírico de suas obras, esses autores nos legaram abordagens que primavam pela tentativa de entender sobretudo a

história brasileira como uma totalidade (FRAGOSO; FLORENTINO, 2011, p. 37).

Considerando tudo isso, o devido cuidado metodológico de análise da fonte e dos dados não será suprimido, uma vez que “o simples existir, porém, não torna a economia presa de fáceis capturas. Não se justificam, pois, reducionismos de qualquer espécie, nem a transformação da história econômica em panacéia” (FRAGOSO; FLORENTINO, 2011, p. 32).

O artigo está estruturado em quatro partes, a primeira é esta introdução onde apresentamos o nosso objeto de estudo, os nossos objetivos e a nossa hipótese, além de discutir todo o aparato que nos possibilita empreender este estudo; na segunda parte traçamos um panorama geral acerca da economia do Brasil no século XIX, tendo como foco o encaminhamento da transição para o século XX, onde verificamos as práticas socioeconômicas herdadas do período colonial e as práticas de poder concentradas nas mãos de uma pequena elite; na terceira parte analisamos de que forma as práticas citadas a nível nacional se reproduziam no contexto regional da Província do Espírito Santo, analisamos também os dados econômicos disponíveis na nossa fonte interagindo com a bibliografia capixaba sobre o assunto; e na quarta, e última, parte tecemos as nossas considerações finais com as conclusões a que chegamos com este estudo.

A ECONOMIA DO BRASIL NO SÉCULO XIX

No Brasil o século XIX pode ser considerado um período ímpar, pois representa um momento consolidador da nacionalidade, e que traz consigo todas as implicações inerentes a este crucial aspecto. Nesse sentido, ao longo do período do Oitocentos o Brasil se afirmou como país e atravessou uma série de modificações sociais, políticas, culturais e econômicas. Evidentemente que esse processo não ocorreu sem percalços, de forma linear e completa, de modo que

[...] O Brasil experimentou transformações, modernizou suas instituições políticas, sua estrutura econômica, suas relações sociais, sem que tenham sido superadas certas mazelas e contradições que,

permanentemente atualizadas, têm confirmado o apego à desigualdade, à exclusão e à marginalização sociais, que estão na base de impasses históricos que o Brasil tem reiterado (PAULA, 2012, p. 179).

Não podemos deixar de reconhecer, e contemplar, os avanços verificados no século XIX, sobretudo no campo econômico, e que modificaram perenemente a face do Brasil. Inicialmente precisamos considerar que

A escravidão foi abolida depois de longuíssima vigência; esboçou-se a formação e a articulação do mercado interno a partir de um mosaico de economias regionais; consolidou-se, com o Código Comercial, de 1850, a moldura institucional para o desenvolvimento das relações mercantis capitalistas; consolidaram-se, enfim, as condições de vigência do trabalho livre, das relações de trabalho especificamente capitalistas (PAULA, 2012, p. 179).

Conforme vimos na introdução, a historiografia tradicional coloca o Brasil num patamar de país agrário, escravista e exportador ao longo do século XIX até 1888. Pensar a História Econômica do Brasil do século XIX sob essa ótica é cair num reducionismo indesejável e mesmo num conformismo que, se por um lado, pode parecer dar conta de explicar o modelo mercantil, por outro, desconsidera outras características de suma importância para a compreensão do período em questão. Como, por exemplo, quando

Confrontando-se a estimativa populacional de 1819 com o censo de 1872, verifica-se a transferência definitiva do eixo econômico do Nordeste açucareiro para o Sudeste cafeeiro. Em 1819, a primeira região detinha 51,2% dos cativos do país; 61 anos depois, o Sudeste aparecia com 59% desta população. Perpassando tal movimento, nota-se que, a partir de 1831-40, as rendas de exportação do café ultrapassam as do açúcar (FRAGOSO, 2000, p. 144).

Assim, observamos que ocorreu um progressivo deslocamento do eixo econômico do Nordeste para o Sudeste. Isso, porém, não nos leva a concluir que o principal produto agrícola nordestino, o açúcar, tenha deixado de ser produzido. Ocorreu uma significativa mudança com relação ao produto a ser exportado, mas isso não

inviabilizava a produção de outros, ainda que em menor escala e sem a expressiva representação que tinham outrora na economia brasileira, pois

Este tipo de interpretação, apesar de conter boa parcela de razão, pode esconder outras informações presentes em outros dados globais. Em 1819, de uma população de 3.596.132 habitantes, 69,2% era constituída por homens livres; em 1872 – já no período final da escravidão – esse número subiria para 84,7%. Ou seja, além de senhores e escravos encontramos (no século XIX e nos anteriores) outras categorias sociais, outras formas sociais de produção (como a camponesa, com o uso adicional ou não do trabalho cativo) e mesmo outras formas sociais de extorsão de sobretrabalho (a exemplo da pecuária extensiva do Rio Grande do Sul e de Goiás) (FRAGOSO, 2000, p. 144).

Essa constatação nos leva, necessariamente, a considerar que

A economia brasileira entre 1830 e 1889, apesar da efetiva centralidade da produção cafeeira, foi relativamente diversificada e dinâmica. Ao longo do século XIX certas características estruturais e vocações regionais criaram um mosaico de relações de trabalho, de tecnologias, de produtos, de mercados, de formas de propriedade, o que contraria a imagem, que ainda tem ampla difusão, de uma economia exclusivamente escravista, de monocultura e voltada para a exportação. De fato, a economia brasileira esteve longe de ser homogênea em qualquer de suas características básicas, antes se desenvolveu a partir de peculiaridades regionais (PAULA, 2012, p. 182).

Assim, toda essa dinâmica que ocorria na economia brasileira do século XIX fazia com que o mosaico econômico formado pelas participações regionais ultrapassasse os limites de um mercado externo voltado apenas para a Europa, uma vez que o que era produzido nas terras brasileiras poderia ser comercializado com outras regiões também, aumentando ainda mais o dinamismo mercantil. Sobre isso averiguamos que

Com relação ainda ao comércio externo, tem-se percebido que, além das relações com a Europa, havia também aquelas com as diferentes partes do império ultramarino português. E isto adquire particular importância quando se percebe, por exemplo, que os tecidos da Ásia portuguesa eram essenciais para a compra de cativos na África portuguesa (FRAGOSO, 2000, p. 146).

Essa ampliação das relações comerciais do Brasil aponta para o desenvolvimento econômico que o país vinha trilhando no século XIX, procurando se afirmar no comércio internacional como peça autônoma que busca o seu espaço próprio nas relações comerciais ainda que puxando um gancho com o seu passado de Colônia que somente podia manter relações comerciais com a sua metrópole – Portugal, logo “fica cada vez mais clara a necessidade de se estudar a história econômica brasileira tendo como pano de fundo o ‘sistema econômico’ formado pelo império português” (FRAGOSO, 2000, p. 146).

Portanto, ainda que muitos avanços estivessem sendo alcançados, era necessário ainda avançar mais para consolidar efetivamente a sua posição no comércio internacional. Essa, porém, não tarefa das mais fáceis, uma vez que desde o momento em que o Brasil se afirmou como país havia uma busca pelo desenvolvimento econômico. Enquanto foi colônia de Portugal, o Brasil existiu para suprir a sua metrópole naquilo que ela não conseguia produzir, essa condição que perdurou por mais de trezentos anos já fez com que o Brasil largasse em desvantagem quando se tornou independente, pois é somente a partir daí, quando se torna nação, é que iria voltar as suas atenções primeiro para a problemática do mercado interno e, uma vez equacionada as demandas deste, voltá-las, então, para a problemática externa. E isso levaria tempo para acontecer, pois

A independência [do Brasil], em 1822, fez emergir ideias e propostas sobre o que deveria ser a nação recém-criada. Essas propostas foram hegemoneizadas por arranjo político que, propiciando avanços parciais no sentido da modernização, não foi capaz, efetivamente, de superar as crônicas precariedades de nossa economia, herdadas de seu passado colonial.

No centro da reiteração das precariedades de nossa economia, destaca-se o sistemático bloqueio à constituição de um mercado interno forte e consistente, dinâmico e inclusivo, condição indispensável à construção do que chamamos desenvolvimento econômico (PAULA, 2012, p. 192).

Esse caminhar lento que o Brasil perpassou ao longo do século XIX trouxe implicações que se fizeram sentir na economia. Quando o país tenta insistir ainda na manutenção da

escravidão, esse tipo de mão de obra já era condenado pelas outras nações que dominavam o comércio internacional, principalmente a Inglaterra. Assim,

Na verdade, superada a escravidão – tanto no Sudeste como no Centro-Oeste e no Nordeste, guardadas as devidas diferenças inter e intra-regionais – ao que assistimos é à passagem, em particular na agroexportação, para diversos tipos de relações não-capitalistas de produção (parceria, colonato, morador, etc.) (FRAGOSO, 2000, p. 147).

Nesse sentido, já caminhando para a virada do século XIX para o XX, o que vamos encontrar no Brasil é uma baixa divisão social do trabalho e uma precária circulação de mercadorias (baixa mercantilização). Essa verificação mostra que as transformações econômicas estavam ocorrendo, mas num passo muito lento, e, às vezes, até mesmo de maneira tensa, pois implicar alterar estruturas de poder previamente estabelecidas e consolidadas ao longo do tempo. Isso fica claro quando, no Brasil, é promulgada a Lei de Terras ainda em 1850, pois essa é uma legislação feita sob medida por uma elite escravista que iria precisar conviver com o fim da escravidão mais cedo ou mais tarde. A superação da escravidão oficialmente só veio em 1888, mas os antigos escravocratas já estavam preparados para manter o controle sobre a terra com a referida lei, ainda que houvessem perdido a propriedade sobre a mão de obra. Logo,

Seu resultado prático foi o de contribuir para a transformação ou confirmação do trabalhador, livre ou ex-escravo, como produtor de sobretabalho para outros. Com isso, garantia-se a modificação do regime de trabalho sem grandes perturbações para as estruturas preexistentes (FRAGOSO, 2000, p. 147).

Essa movimentação ocorria porque a sociedade escravista oitocentista detinha uma forma singular de hierarquia econômica e social, com a centralização do poder em poucas mãos, formando uma elite que controlava a economia, a política e sociedade brasileiras. E isso se reproduzia de uma geração para outra, repetindo o modelo de

exclusão social herdado do período colonial e nunca superado no período imperial, que ora analisamos².

Diante de todas essas modificações que vinham ocorrendo progressivamente, podemos identificar que três fatores foram altamente relevantes para a economia brasileira no último quartel do século XIX: “1) o aumento da importância relativa do trabalho assalariado; 2) a gestação do mercado interno; 3) o controle de três quartos da oferta mundial do café pelo Brasil” (ALCOFORADO, 2006, p. 127-128).

Esses fatores irão se fazer sentir ainda nas primeiras décadas republicanas no Brasil, mostrando a sua longa duração na economia brasileira, e isso se deve ao fato de que as mudanças sociais eram muito tênues, e isso quando ocorriam, e não tinham a força necessária para que propiciasse uma mudança real de amplo espectro, mas ao contrário, acabavam por permitir a repetição do modelo socioeconômico e político que se arrastava desde o período colonial.

Fixando-nos ainda na economia, a demanda mundial pelo café formava uma curva ascendente no século XIX, e sendo o Brasil um dos grandes produtores e exportadores, a produção cafeeira acabou por se tornar um peso e contrapeso, pois temos que considerar que

Nas Províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, a produção cafeeira foi a matriz decisiva de importantes transformações modernizantes da economia e da sociedade brasileiras, seja pela pressão que sua demanda crescente por mão de obra provocou em nosso sistema escravista, seja pela efetiva introdução do trabalho livre, que ela promoveu por meio de políticas imigrantistas. Mas, se não podemos subestimar o peso e a importância do café, também não devemos superestimá-lo (PAULA, 2012, p. 190).

Na interpretação econômica por meio de Ciclos Econômicos a impressão que fica é a de que um produto é extinto por outro no sustentáculo da economia. Esse modelo carece de uma visão mais ampla que mostre a coexistência da produção de determinados produtos

² Sobre isso ver: FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. - São Paulo: Globo, 2001. Este é um estudo clássico para a historiografia brasileira, conjugado a sociologia, e que analisa a origem do patrimonialismo brasileiro, bem como a origem da corrupção e da burocracia no Brasil.

de expressão para a economia brasileira, por isso não podemos subestimar e tampouco superestimar o papel dos produtos, mas sim devemos ter uma visão de conjunto, como na tabela a seguir:

Brasil: Principais Produtos Exportados

(Em %) 1821-1860

Produtos	1821-1830	1831-1840	1841-1850	1851-1860
Açúcar	30,1	24,0	26,7	21,2
Algodão	20,6	10,8	7,5	6,2
Café	18,4	43,8	41,5	48,8
Couros e peles	13,6	7,9	8,5	7,2

Fonte: NOYA PINTO, Virgílio. “*Balanço das transformações econômicas no século XIX*”, In: Brasil em perspectiva. São Paulo, DIFEL, 1971. Apud: MONTEIRO, 1985, p. 140.

Em termos de exportação, notamos a progressiva escalada do café para a liderança nas exportações. Porém, a euforia da rentabilidade levou a que se priorizasse largamente a produção do café em detrimento de outros produtos, isso conduziu o Brasil a dependência quase que total do café como sustentáculo econômico-comercial, sendo o principal produto de exportação. O lado negativo disso é que o Brasil ficou, também, dependente das flutuações do mercado internacional, das oscilações de preço e da demanda do café, além de estar atrelado as condições de produtividade, se favoráveis ou não para a safra do café. E isso não garantia ao Brasil uma desejável posição confortável como economia capitalista.

Nos últimos anos do século XIX as divergências regionais se acentuaram e foram agravadas pela “incapacidade do governo imperial de dotar o país de um sistema monetário adequado [...], [o que] demonstrava escassa insensibilidade na solução desses problemas” (ALCOFORADO, 2006, p. 128). Por isso

O crescimento da agricultura mercantil (tanto para a exportação como para o consumo interno), associado aos processos de urbanização e industrialização, transforma o Sudeste no principal eixo econômico do

país. Em contrapartida, o mesmo não está ocorrendo com o Nordeste, região que perde, em finais do século XIX, sua posição no contexto nacional. Em 1872 o Nordeste detinha 46,7% da população do país e o Sudeste, 40,5%. Em 1900 estima-se que essas regiões concentravam respectivamente 38,7% e 44,9% do contingente demográfico nacional (FRAGOSO, 2000, p. 184).

Dessa maneira, percebemos ainda um movimento paradoxal, pois parte expressiva da elite empresarial mercantil, após duas gerações de contínua acumulação no mercado, tende a abandonar os seus negócios, passando a investir em atividades rurais e rentistas, em geral bem menos lucrativas que o comércio (FLORENTINO, FRAGOSO, 2011).

Esse é o panorama geral da economia brasileira no século XIX, procuramos esboçá-lo de forma sucinta e demonstrando os pontos-chaves que embasam histórica e economicamente a análise do objeto alvo deste artigo, o qual trataremos a seguir.

A ECONOMIA DO ESPÍRITO SANTO NO FINAL DO SÉCULO XIX

O Espírito Santo inicialmente foi uma das Capitânicas Hereditárias da Coroa de Portugal. Começou a ser colonizada a 23 de maio de 1535, quando a esquadra de seu capitão-donatário Vasco Fernandes Coutinho aportou nas terras da hoje cidade de Vila Velha, posteriormente transferindo-se para a hoje cidade de Vitória. Nos três primeiros séculos de colonização, o principal produto era o açúcar, seguindo a tendência que existia no restante do território colonial, esse era um produto destinado a exportação como sustentáculo da economia portuguesa.

Essa situação perdurou até meados do século XIX quando o café começou paulatinamente a ser introduzido nas terras capixabas, novamente seguindo a tendência a nível nacional que, cada vez mais, investia na ampliação do cultivo desse novo produto destinado a exportação, mas que desta vez seria o sustentáculo da própria economia brasileira, ainda que o açúcar não deixasse de ser produzido.

Dessas impressões iniciais podemos apreender que o Espírito Santo compôs, desde sempre, uma parte do mosaico econômico do Brasil, reproduzindo, ou procurando reproduzir, as práticas desenvolvidas em outras regiões do país com o objetivo de manter a estrutura socioeconômica e de poder que perpetuava sempre nas mãos de uma pequena elite o poderio político e econômico. Nesse sentido,

A noção de uma reiteração de criação de sistemas agrários escravistas-mercantis em áreas de fronteiras, enquanto fenômeno vinculado à reprodução da sociedade escravista, encerra dois significados intimamente ligados. Em primeiro lugar, ele é um movimento que, através da reprodução ampliada da economia, viabiliza a reiteração da sociedade considerada. Em segundo lugar, esse fenômeno é a própria remontagem em *escala regional* daquela sociedade; isso é, de sua forma de extorsão de sobretrabalho (trabalho escravo), do predomínio da acumulação mercantil e das diferenciações presentes em sua estrutura social (FRAGOSO, 2000, p. 151, grifo do autor).

Assim sendo, sabemos que no Espírito o modelo econômico reproduzia o que se verificava a nível nacional: a monocultura de café, o trabalho escravo, o comércio de exportação. Reproduzindo, portanto, em escala regional o modelo nacional em sua essência, mantendo a estrutura e a hierarquia socioeconômica e elitista de poder. Porém, além da cultura principal do café, existia uma série de outras atividades mantidas em coexistência com o produto principal, sobretudo aqueles gêneros alimentícios destinados a subsistência do próprio estabelecimento produtor de café, ao que também implica compreender que havia uma divisão de trabalho e de equipamentos produtivos que faziam a máquina produtiva funcionar no todo.

Contudo, esses traços não devem dar uma imagem distorcida da empresa escravista-mercantil. Ela não é auto-suficiente. Tal empresa se abastecia de mantimentos e animais fornecidos por um mercado interno, constituído por um mercado interno, constituído por uma variedade de formas não-capitalistas de produção [...]. Se agregarmos à divisão do trabalho presente na *plantation* escravista mais esse mercado interno, percebe-se que a reprodução da agroexportação, em parte, se dava em condições não-capitalistas. Fenômeno esse que, ao reduzir os custos monetários de reprodução da *plantation*, provavelmente dava certa resistência e autonomia à agroexportação frente às flutuações do mercado internacional (mantendo-se neste o nível de demanda) (FRAGOSO, 2000, p. 151, grifo do autor).

Essa constatação está presente na historiografia capixaba, confirmando o que se verificava a nível nacional. Em termos econômicos, sobre o Espírito Santo no século XIX temos que

O açúcar foi, até meado do século XIX, o produto responsável pela manutenção das vilas e povoados litorâneos, secundado pelas culturas agrícolas de subsistência, tais como, mandioca, arroz, feijão, milho, legumes diversos e pequena criação de gado, além da pesca artesanal [...]. Produzida em larga escala na Vila de São Mateus, ainda sob a jurisdição de Porto Seguro, a farinha de mandioca constituía a base alimentar da população capixaba [...]. Incentivada pela abundância de madeiras de lei, a atividade da marcenaria e a da construção mereciam destaque na Província (BITTENCOURT, 2006, p. 145).

Notamos que quando ainda era o açúcar a matriz econômica do Espírito Santo, as culturas de subsistência já se faziam presentes, pois, e afinal de contas, não se pode viver apenas de um produto de exportação. E fica evidenciada também a diversificação produtiva, ainda que quase que totalmente vinculada à agricultura. Registra-se ainda a mineração aurífera na área do rio Castelo que era intermitente e ainda contribuiu para a penetração e a fixação dos luso-brasileiros nas áreas interioranas capixabas (BITTENCOURT, 2006). Ainda assim, o mosaico econômico da Província do Espírito Santo se mostrava mais complexo do que realmente aparentava ser.

O Espírito Santo era uma província modesta no contexto do Império do Brasil, com imensos vazios demográficos. Com uma população ainda em desenvolvimento, verificamos que

Além de Vitória, a capital provincial, apenas seis outras vilas podiam ser computadas no Espírito Santo, todas litorâneas: Itapemirim, Benevente, Guarapari, Vila Velha, Viana e Almeida. Entretanto, a Ouvidoria de Vitória estendia sua jurisdição até a Vila de Campos dos Goitacazes, na Província do Rio de Janeiro (BITTENCOURT, 2006, p. 145).

Dispondo dessas informações consolidadas, passamos a considerar a fonte que utilizamos nesse trabalho e nos perguntamos de que forma a economia da Província do Espírito Santo poderia ter sido percebida no final do século XIX por uma viajante estrangeira, isto é, alguém que não vivente local e, portanto, teria um olhar diferenciado sobre o que poderia parecer rotineiro aos viventes locais. Nesse sentido,

A utilização de documentos como cartas, ofícios, relatórios e, incluindo entre esses, as Memórias Estatísticas, acabam por fornecer,

[...] informações pertinentes. [...] A grande questão consiste na correlação existente entre o autor do documento e a [...] sua origem (CARVALHO, 2010, p. 59).

Sobre essa produção escrita que nos foi legada, temos que considerar inicialmente que os viajantes estrangeiros foram, desde sempre, grandes cronistas do Brasil. No caso do Espírito Santo não foi diferente. Desde 1808 quando a família real portuguesa veio para o Brasil ocorreu uma flexibilização quanto à presença estrangeira no Brasil, o governo português também se beneficiou disso na medida em que o vasto território brasileiro era ainda pouco conhecido e, portanto, não tinha as suas potencialidades reveladas, logo permitir aos estrangeiros conhecer a terra era, ao mesmo tempo, conhecê-la institucionalmente também.

Os estrangeiros chegaram mesmo a organizar expedições científicas para excursionar pelo território. Em grupo ou individualmente, produziram os seus relatos e narrativas acerca do que conheciam, muitas vezes publicados em livros que contavam, na Europa, com um significativo mercado leitor ávido por essa que se convencionou chamar de literatura de viagem. Com o olhar curioso e atento, os viajantes estrangeiros “perpassaram boa parte do território brasileiro e produziram relatos de especial valia para os historiadores do Brasil do XIX. Escreveram sobre suas vivências e observações em território brasileiro de acordo com suas formações e interesses” (MOREIRA, 2002, p. 2), apreendendo, sobretudo, aquilo que era considerado como comum aos viventes locais, mas que lhes era exótico.

Com a renovação historiográfica e as perspectivas da Nova História, o uso do relato dos viajantes estrangeiros oitocentistas, enquanto fonte histórica, deixou de ser utilizado como mero elemento de curiosidade e passou a servir a diversos campos da História, sobretudo a História Cultural enquanto elemento corroborativo a compreensão da dinâmica sócio-cultural. Nesse sentido, com a interdisciplinaridade o campo de utilização dos relatos ampliou-se mais, podendo contribuir, inclusive, para a História Econômica, refletindo sobre os registros elaborados pelos estrangeiros sobre a dinâmica econômica dos locais que visitavam, evidenciando elementos que nos ajudam a compreender a própria estrutura socioeconômica.

No século XIX, a então Província do Espírito Santo foi também alvo de muitas visitas dos viajantes estrangeiros, alguns mais conhecidos como os franceses Auguste François Biard, naturalista e pintor, e Auguste de Saint-Hilaire, naturalista e botânico, e outros menos conhecidos como a princesa Teresa da Baviera, botânica, zoóloga, etnóloga e naturalista alemã, que, em 1888, também excursionou pelo território capixaba, dentro de sua agenda de viagem ao Brasil com fins científicos. O resultado de sua viagem ao Brasil foi a publicação, em 1897, em Berlim, de um monumental livro de viagem escrito no formato de um diário, “seu livro contém dois mapas, quatro tabelas, 18 quadros completos e 60 reproduções de fotografias e desenhos da autora” (LEITE, 2000, p. 135). Infelizmente, a obra nunca foi traduzida do alemão para o português, e apenas recentemente, em 2013, o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo viabilizou a tradução e publicação dos três capítulos do livro referentes ao Espírito Santo³ compondo o livro: *Viagem ao Espírito Santo – 1888*, possibilitando, enfim, o acesso, o conhecimento e exploração analítica dessa fonte, ao que estamos nos propondo dentro das várias possibilidades e perspectivas que a referida fonte oferece. Além disso, analisar um livro de viagem que foi escrito por uma mulher é muito significativo, pois “[n]os livros das mulheres viajantes é grande a capacidade de observação, que ultrapassa as diferentes circunstâncias singulares e as diferentes situações pessoais e políticas que enfrentaram, através do século XIX” (LEITE, 2000, p. 132).

O livro *Viagem ao Espírito Santo – 1888*, de Teresa da Baviera, tem como temática central os índios botocudos que habitavam o vale do rio Doce no Espírito Santo. Entretanto, como é comum na literatura de viagem, a escrita não se limita a uma única temática, ao contrário esta é bastante ampla e diversificada. Assim, a autora registrou aspectos da história, da geografia, da economia, da população, da fauna, da flora, do cotidiano e da arquitetura capixaba. No caso específico da economia o seu interesse esteve envolto para duas enigmáticas regiões de produção agrícola, a saber, a cidade de Vitória e seus arredores e a região Norte do Espírito, hoje verdadeiros símbolos históricos capixabas, ambos com origens coloniais e que são muito representativos para

³ Este livro compõe a Coleção Canaã do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e está disponível para download em: <http://www.ape.es.gov.br/index2.htm>

a sociedade capixaba. Logo, compreendê-las historicamente significa compreender a relação da sociedade com a sua economia, com o seu patrimônio ao longo do tempo. Mas, “para uma abordagem inteligente dos escritos de viagem é necessário a consciência de que os homens [nesse caso, uma mulher] que os produziram eram sujeitos sócio-culturais dotados de pré-conceitos, interesses, e referenciais culturais próprios” (MOREIRA, 2002, p. 3).

Assim, pretendemos descortinar o olhar estrangeiro, isto é, compreender de que forma e quais os elementos foram capitaneados por Teresa da Baviera para registrar as suas impressões e descrições acerca do movimento comercial da cidade de Vitória e da Região Norte capixaba, em seu livro de viagem, com conseqüentes reflexos destes sobre a vida social e a economia do Espírito Santo, respectivamente. Sem deixar de considerar que a utilização do relato dos viajantes estrangeiros, necessariamente, requer “a identificação dos possíveis fatores que condicionaram as interpretações dos viajantes do, e no, Brasil oitocentista. Em suma, a identificação do ‘olhar estrangeiro’” (MOREIRA, 2002, p. 3). Portanto, nesse trabalho, não nos limitaremos apenas a uma leitura dirigida e/ou informativa dos aspectos econômicos, mas também a uma análise crítica dos aspectos de construção narrativa acerca da economia da Província do Espírito Santo pela nobre européia, como forma de contribuir para o conhecimento histórico dentro da perspectiva da História Econômica. Então, a chancela desse tipo de pesquisa encontra-se no fato de que

A utilização dos registros [de viagem] como contribuição dos viajantes é, sem dúvida, um reconhecimento da possibilidade de entender uma história que pode ter sido escrita por eles, mas que diz respeito a nós e que pode permitir novas aproximações com a nossa história (SARAT, 2011, p. 41).

E não apenas com a História, mas, também com os mais diferentes campos do saber, sempre em permanente diálogo para uma melhor e mais profícua apreensão, adequadas interpretação e análise, e desejável claro entendimento.

Em 1888, excursionando pelo território capixaba a princesa Teresa da Baviera inicialmente registrou que:

Essa província, a segunda menor do Brasil, ainda assim abrange uma superfície de 44.839 km² e, sendo assim, tem mais ou menos o tamanho da Suíça. Ela se situa entre 18° 5' e 21° 18' na latitude sul e apresenta uma extensão costeira de 428 km. A sua extensão de leste a oeste é pequena. O Espírito Santo representa o território litorâneo para Minas Gerais não banhado pelo mar, mas a deficiência das estradas ainda não permite que seja reconhecido como tal. Toda a extensão da província recai na Zona da Mata virgem costeira e não há nenhuma espécie de campo. As partes mais belas da mata virgem brasileira que se estendem ao longo da costa se situam dentro de seus limites, ou seja, ao sul e ao norte, ao passo que os trechos da parte central não possuem essa vegetação de mata abundante. A característica dessa terra é predominantemente montanhosa.

Ela é fechada principalmente em direção ao centro e, ao longo de todo o limite oeste, de sul a norte, se estende a serra do Mar. A parte norte desse trecho leva o nome de serra dos Aimorés. A leste, na costa e nas margens dos rios maiores, mais precisamente aos 20° na latitude norte, estendem-se grandes planícies. Mais ao sul, segue a cadeia de montanhas costeiras que distende suas extremidades finais até perto da costa (BAVIERA, 2013, p. 34).

Após essa descrição física inicial a autora já se preocupa em fazer os registros sobre o que é produzido na Província do Espírito Santo e relata que

Com relação à agricultura, o Espírito Santo ainda está muito atrasado, pois somente poucos trechos de seu solo muito fértil estão cultivados. Das culturas, encontramos principalmente os cafezais, para os quais a constituição do terreno é muito adequada, e que estão aumentando cada vez mais. Além disso, são cultivados cana-de-açúcar, algodão, mandioca, milho, diversos tipos de batatas e outras plantas úteis. Nessa terra constituída praticamente apenas de mata, pouco se pode falar em agropecuária. Em contrapartida, as matas são exploradas para uso na construção e outras utilidades, entre as quais as conhecidas paliçadas (BAVIERA, 2013, p. 35).

Percebemos que mesmo com uma produção incipiente a Província do Espírito Santo continuou a manter a diversificação de produção agrícola que já era feita no começo do século XIX, mas que o predomínio da produção cafeeira não distoia do que ocorria a nível nacional. Mesmo assim, o potencial econômico do Espírito Santo ainda se encontrava subaproveitado. Sobre isso, a princesa Teresa aponta que

O lento desenvolvimento da província, que em si é bastante rica, deve ser atribuído ao baixo número de estradas, que não permitem, ou permitem com muita dificuldade, o transporte de produtos do interior para a costa e dali para os locais de exportação.

Em decorrência disso, também o comércio ainda não conseguiu se desenvolver muito bem. Em 1885-1886, o valor do faturamento de mercadorias em toda a província atingiu somente cerca de 6.400.000 marcos⁴. Dessa soma, a maior parte se refere à importação de outras províncias, enquanto o valor das transações comerciais com o exterior foi apenas um pouco acima de um terço da soma total (BAVIERA, 2013, p. 35).

Ocorre que a Província do Espírito Santo poderia estar numa situação econômica muito melhor do que a que se encontrava, mas com uma infra-estrutura bastante deficiente não havia mesmo como projetar um maior desenvolvimento econômico, numa época em que isso era fundamental, pois sem a devida e necessária mobilidade a produção não era escoada corretamente e nem poderia ser aumentada pelo mesmo motivo. Além disso,

As rendas da Província somavam, então, apenas 30.000 cruzados por trimestre. Em verdade, apenas um terço deste valor se realizava no Espírito Santo. O Restante era proveniente da arrecadação da Vila de Campos, recolhimento que chegou a cifra de 26 mil cruzados por trimestre (BITTENCOURT, 2006, p. 147).

Não obstante,

O comércio mais intenso praticava-se em Vitória, onde aportavam apenas fragatas, lanchas e sumacas, uma navegação de cabotagem que tornava a economia de exportação tributária do Rio de Janeiro e da Bahia para colocação da lavoura comercial no mercado externo. [...]. Na Vila, cuja população não ultrapassava de 4.245 habitantes [em meados do século XIX], aportavam apenas pequenas embarcações (geralmente com carga incompleta), para realizar o transporte dos produtos da terra, em retorno daquelas cargas trazidas do Rio de Janeiro e da Bahia. Eram mercadorias que abasteciam a população, cujos escravos chegavam a representar um quarto do seu total. As casas comerciais de Vitória majoravam os preços dos gêneros entre 30 e 50%, constituindo-se o comércio de ferragens no mais importante entre os agricultores (BITTENCOURT, 2006, p. 147).

⁴ Moeda alemã, utilizada pela princesa Teresa como referência por ser a moeda de seu país, sendo mais fácil para ela balizar os valores dessa forma.

Nesse caso, podemos analisar os dados da tabela 2 a seguir para verificar a proeminência da cidade de Vitória quanto aos seus estabelecimentos. Certos de que o comércio exportador ganhava corpo na Província do Espírito Santo ao longo do século XIX, sobretudo a partir da capital provincial, a cidade de Vitória, era natural que a grande concentração de estabelecimentos agrícolas nessa se localizasse.

Tabela 2

Estabelecimentos agrícolas de Vitória

Produtos	Número de estabelecimentos	Braços empregados		Motores		
		Livre	Escravo	Água	Animais	Homens
Café	197	139	1.257	11	32	154
Açúcar	45	11	285	3	42	-
Aguardente	53	2	9	3	50	-
Farinha	130	3	4	6	34	99

Fonte: Relatório do Presidente Azambuja, 1851 Apud SALETTO, 1996, p. 47

A produção dependia de mão de obra, mas se por um lado a produção caminhava para um aumento progressivo, a população ainda era bastante inexpressiva, conforme nos relata a princesa Teresa da Baviera quando registra que

A população do Espírito Santo é pequena, contando com apenas 121.562 habitantes. Sendo assim, não vivem mais do que três pessoas num quilômetro quadrado. Os brancos não estão representados em grande número, somando apenas 32% da população, e também os mestiços, com 33%, não são muitos em comparação aos que vivem na maior parte das outras províncias. Os negros, 27%, somados em números relativos, ficam apenas atrás dos do Rio de Janeiro (BAVIERA, 2013, p. 35-36).

Podemos averiguar melhor a evolução populacional do Espírito Santo, analisando os dados da tabela 3 a seguir, onde é possível verificar os locais mais povoados e aqueles onde a população se desenvolveu mais, notadamente nos locais que produziam café,

Tabela 3

População do Espírito Santo

Local	1856	1872	Variação %
Vitória	16.971	24.459	44,12
Serra	10.326	12.671	22,70
São Mateus	5.853	8.170	39,58
Benevente	7.499	8.488	13,18
Itapemirim	8.443	28.177	233,73
Província do Espírito Santo	49.092	82.137	67,31
Província sem Itapemirim	40.649	53.788	32,33

Fonte: Censo provincial de 1856. Recenseamento nacional de 1872 Apud SALETTO, 1996, p. 32

Quando a princesa Teresa da Baviera veio ao Brasil em 1888, a escravidão já havia sido oficialmente abolida⁵, e lentamente já havia começado a transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre, principalmente a mão de obra imigrante que

É também marcada por ambigüidades e tensões que se dá, no Brasil, a constituição do mercado de trabalho – a longa e complexa transição do trabalho escravo ao trabalho livre e deste ao trabalho assalariado –, processo que caracterizou todo o século XIX e parte do século XX. A exata compreensão da realidade brasileira pressupõe extrair todas as consequências da longa permanência da escravidão, que marcou decisivamente o conjunto da vida brasileira em variados aspectos (PAULA, 2012, p. 199).

A questão da mão de obra imigrante perpassou todo o Oitocentos e assumiu especial relevo a partir da abolição da escravidão, uma vez que era preciso braços que continuassem a produção agrícola, aos poucos os imigrantes foram sendo considerados

⁵ A Abolição da escravidão no Brasil foi promulgada a 13 de maio de 1888, o período de viagem da princesa Teresa da Baviera ao Espírito Santo, ocorreu entre agosto e setembro do mesmo, num período recém pós-abolição.

a solução que equacionaria o problema da mão de obra, ainda que não fosse praticada nos mesmos moldes que havia sido com os negros. Dessa maneira,

Ao longo do século XIX a política imigrantista no Brasil assumiu três modalidades básicas: a) a política de *núcleos coloniais*, financiada pelo governo imperial e baseada na distribuição de lotes que seriam explorados pelo trabalho familiar; b) a política das *colônias de parceria*, financiada por particulares e com ônus para os imigrantes; c) e a *política de subvenção*, sob a responsabilidade dos governos provinciais e imperial, que subsidiavam parcialmente os custos da vinda dos imigrantes e que acabou sendo a que prevaleceu. Entre 1860 e 1869 o Brasil recebeu 108.187 imigrantes; entre 1870 e 1879, 193.431; e, entre 1881 e 1930, 3.964.300, sendo 36% de imigrantes italianos, 29% de portugueses, 14% de espanhóis e 3% de japoneses (PAULA, 2012, p. 200, grifos do autor).

O Espírito Santo também desenvolveu a política de imigração⁶ e o resultado foi a formação das Colônias: Santa Isabel, Santa Leopoldina, Santa Teresa e Rio Novo, sendo as principais, além de outras secundárias. Essas colônias trouxeram ao Espírito Santo italianos, alemães, portugueses, libaneses, pomeranos, chineses, dentre outros que com a introdução do trabalho livre inauguraram a produção em pequenas propriedades, que será um dos sustentáculos da economia do Espírito Santo no final do século XIX e, principalmente, no primeiro quartel do século XX. Além disso, são esses colonos que vão ocupar a região serrana do centro do Espírito Santo (SALETTI, 1996).

O que podemos apreender da análise dos dados que nos foi ofertado pelos registros da princesa Teresa da Baviera, e também da bibliografia disponível sobre a História do Espírito Santo, é exatamente que o Espírito Santo sempre deteve o seu próprio mosaico econômico, ou seja, uma produção econômica em diferentes regiões com produtos diversos que compunha um todo. Como vimos o comércio era presente e

Era composto de importações de gêneros que faltavam à Capitania e exportações dos víveres abundantes no Espírito Santo. Importavam-se produtos como: farinha de trigo, carne seca, bacalhau, azeite, vinho,

⁶ Sobre isso ver: ROCHA, Gilda.; MARTINS, Ismênia de Lima.. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. *Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896*.1984. 163f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

vinagre, aguardente, sal, queijos, pão, doces, louça, fazendas secas, escravos, entre outros, com o pagamento feito em dinheiro ou por escambo, chegando, no ano de 1827, ao valor de 183:510\$750 (cento e oitenta e três contos, quinhentos e dez mil e setecentos e cinquenta réis).

Entre os produtos exportados nos anos de 1826 e 1827 constam: farinha de mandioca, açúcar, fios de algodão, cachaça, arroz, milho, feijão, cal, colchas, redes e café, ainda incipiente, no valor total de 195:500\$000 (cento e noventa e cinco contos e quinhentos mil réis) (CARVALHO, 2010, p. 69).

A navegabilidade dos rios poderia aparentemente ser uma alternativa a falta de estradas para incrementar a atividade comercial, porém as aparências enganam e “o transporte de mercadorias pelo rio Doce é fraco e muito dispendioso. No curso rio acima é transportado sal e, rio abaixo, café, tabaco e banha. A importação anual de sal soma, em média, 20.000 sacas, e a do café, 381.000 kg (BAVIERA, 2013, p. 84).

Pelas tabelas 4 e 5 a seguir podemos compreender melhor a atividade comercial referente a importação e a exportação desenvolvidas pela Província do Espírito Santo:

TABELA 4
Tábua dos Gêneros Importados no ano de 1827

GÊNEROS	UNIDADES	PREÇO MÉDIO	IMPORTAÇÃO
Farinha de trigo	325 barricas	13\$000	4:225\$000
Carne seca	1.200 arrobas	3\$600	4:320\$000
Bacalhau	150 barricas	12\$000	1:800:000
Azeite doce	8 pipas	160\$000	1:280\$000
Vinho	150 pipas	100\$000	15:000\$000
Vinagre	24 pipas	50\$000	1:200\$000
Aguardente do Reino	25 pipas	140\$000	3:500\$000
Sal	9.000 alqueires	\$500	4:500\$000
Queijos	1.450 unidades	\$460	667\$000
Roscas	380 barricas	6\$400	2:432\$000
Manteiga	70 barricas	24\$000	1:680\$000

Sabão	37.000 libras	\$140	4:340\$000
Meias de sola	275 unidades	1\$970	541\$750
Tabaco em pó	425 libras	\$300	1:275\$000
Fumo Baependí	700 arrobas	5\$000	3:500\$000
Velas de cera	175 arrobas	19\$000	2:400\$000
Toicinho e lombo	150 arrobas	2\$500	375\$000
Escravos	100 unidades	250\$000	25:000\$000
Azeite de peixe	30 pipas	130\$000	3:900\$000
Maçame			300\$000
Marmelada			325\$000
Velas de sebo			700\$000
Talhas e tijolos			500\$000
Paios e presuntos			350\$000
Louça grossa			2:600\$000
Fazendas secas			88:000\$000
Ferragens e ferramentas para lavradores e artes			8:000\$000
Drogas para as boticas			800\$000
SOMA			183:510\$750

Fonte: Memória Estatística da Província do Espírito Santo de 1828 Apud VASCONCELLOS, 1978. p. 48.

TABELA 5
Mapa dos Gêneros Exportados nos anos de 1826 e 1827

Gêneros	Em 1826	Em 1827	Preço médio	Exportação 1826	Exportação 1827	Soma total
Farinha	186.000 alq.	171.000 alq.	\$700	130:200\$000	119:700\$000	249:900\$000
Açúcar	31.685 arroba	26.295 arroba	1\$200	38:022\$000	31:554\$000	69:576\$000
Fio de algodão	2.400 arroba	2.800 arroba	5\$120	12:288\$000	14:336\$000	26:624\$000

Traçados	70.000 varas	60.000 varas	\$120	8:400\$000	7:200\$000	15:600\$000
Cachaça	200 pipas	166 pipas	32\$000	6:400\$000	5:312\$000	11:712\$000
Arroz	5.500 alq.	5.400 alq.	1\$200	6:600\$000	6:480\$000	13:080\$000
Milho	9.000 alq.	8.000 alq.	\$480	4:320\$000	3:840\$000	8:160\$000
Feijão	1.400 alq.	1.200 alq.	1\$200	1:680\$000	1:440\$000	3:120\$000
Colcha/redes	1.000 unid.	1.000 unid.	1\$600	1:600\$000	1:600\$000	3:200\$000
Capueiras	50 dúzias	80 dúzias	16\$000	800\$000	1:280\$000	2:080\$000
Cal	100 moios	100 moios	10\$000	1:000\$000	1:000\$000	2:000\$000
Poaia	50 arrouba	50 arrouba	30\$000	1:500\$000	1:500\$000	3:000\$000
Café	150 arrouba	150 arrouba	1\$720	258\$000	258\$000	516\$000
SOMA				213:068\$000	195:500\$000	408:568\$000

Fonte: Memória Estatística da Província do Espírito Santo de 1828 – Apud VASCONCELLOS, 1978. p. 50.

Pela análise dos dados das tabelas podemos aferir um comércio bastante ativo, mostrando um pequeno desequilíbrio entre importações e exportações, favorável ao Espírito Santo sendo que

Tal desequilíbrio, favorável, da balança comercial pode ser explicado em decorrência das exportações serem compostas de mantimentos de subsistência; enquanto as importações forneciam, basicamente, produtos mais requintados e considerados supérfluos, excetuando-se os escravos, gênero de primeira necessidade para o trabalho (CARVALHO, 2010, p. 72).

No século XIX, se o Espírito Santo não era uma das grandes expressões no mosaico econômico nacional, não era de maneira nenhuma uma província decadente ou inanimada, era sim um elemento importante no comércio exportador e interprovincial, uma vez que o seu excedente agrícola de subsistência era comercializado com outras províncias, e que contribuía, a seu modo, para a economia do Brasil.

No final de sua viagem ao Espírito Santo, a princesa Teresa da Baviera não pôde deixar de registrar a predominância do café em terras capixabas e relatou que

Os negros trabalham tão rapidamente e com tamanha disposição que dá gosto observá-los no serviço. Em fila ininterrupta, os carregadores de café se movimentam da casa até o navio. Em dois dias, ontem e hoje, eles carregaram 2.000 sacas de café, que representam um valor de cerca de 100.000 marcos. Assim, aqui na costa, o valor de cada

saca é maior do que, por exemplo, na fazenda do Barão de Cantagalo, onde os altos custos de transporte do país ainda não estão adicionados e certamente as sacas também pesam menos. Segundo o gerente da empresa [Casa] Pecher [de exportação], no ano passado, quando a colheita do café foi ruim, o preço do café atingiu um valor muito mais alto do que neste ano, que deve ser considerado como de boa colheita. As fortes variações de preço no mercado do café se devem principalmente às especulações da bolsa. Na própria bolsa de mercadorias, geralmente é a cor do café que define o valor do preço. Dos poucos tipos de café, o café brasileiro tem como principal comprador os Estados Unidos da América e é o café de qualidade mais baixa em virtude de seu tratamento menos rigoroso e por isso também o mais barato de todos os cafés. A exportação de café da Província do Espírito Santo no primeiro semestre deste ano chegou a 5,8 milhões de kg, a um valor de 2,3 milhões de mil réis (BAVIERA, 2013, p. 144).

E já a bordo do navio que a estava conduzindo de volta a capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro, a princesa Teresa ainda registrou que foi necessário fazer mais uma parada no sul do Espírito Santo

Logo depois de Piúma, alcançamos o emboque do Itapemirim, já nosso conhecido, onde permanecemos até as 10 horas da manhã. Foram carregadas a bordo sacas e sacas de café, de modo que estávamos por fim com 3.000 a 4.000 sacas a bordo. Além disso, a nossa carga consistiu de 1.000 a 2.000 sacas de farinha de mandioca, abóboras e nozes de coco, parte das quais já em fase de germinação (BAVIERA, 2013, p. 147).

Evidentemente que fica demonstrada a existência de outros produtos agrícolas além do café, destinados ao comércio interno da província e também ao comércio interprovincial. Mas, com toda a certeza, o predomínio do café na pauta exportadora da Província do Espírito Santo era indiscutível e seguia a tendência verificada a nível nacional, reproduzindo o modelo econômico vigente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Econômica constitui um campo de conhecimento que possibilita uma multiplicidade de análises e interpretações que propiciam à sociedade um saber

inestimável, pois não despreza as pessoas e não despreza os números, sendo, portanto, de muita utilidade.

Amparados nessa perspectiva analisamos a economia do Brasil no século XIX, assim como as suas práticas socioeconômicas e políticas. O século XIX foi ímpar na História do Brasil, pois marcou o início, o auge e o declínio do império. Em seu bojo pudemos averiguar a concentração de poder nas mãos de uma pequena elite e a reprodução das desigualdades sociais herdadas do período colonial. Também aferimos que o período em questão foi de transição, pois a escravidão foi abolida e a mão de obra imigrante foi equacionada como solução para suprir a falta de braços na lavoura cafeeira. Também notamos traços que sinalizavam uma possível transição política como, de fato, viria a ocorrer praticamente na virada para o século XX, com a Proclamação da República.

Superado o modelo explicativo de ciclos econômicos, averiguamos que quando um produto agrícola deixava de ser o principal na pauta de exportação, ele não deixava de ser produzido, apenas tinha sua escala de produção reduzida em detrimento àquele que passara a ocupar o seu lugar.

No caso do Espírito Santo verificamos que esta província do Império do Brasil não possuía uma economia homogênea, ao contrário esta era bastante diversificada, demonstrando que as terras capixabas reproduziam o modelo socioeconômico de nível nacional, assim como as práticas políticas com a concentração de poder nas mãos de uma pequena elite e com lentíssimas mudanças sociais.

Na questão da mão de obra o Espírito Santo também seguiu a tendência nacional de alocar os imigrantes no lugar dos antigos escravos para dar continuidade a produção agrícola, porém, com uma diferença fundamental: os imigrantes, de diversas nacionalidades, que vieram para o Espírito Santo foram alocados em pequenas propriedades para produzirem, prioritariamente, o café, e isso distoa do que ocorreu a nível nacional onde os imigrantes foram alocados diretamente nas fazendas cafeeiras.

Pelo olhar aguçado da princesa Teresa da Baviera pudemos concluir que o Espírito Santo não teve grande expressão no mosaico econômico nacional, mas contribuiu largamente na produção cafeeira, sendo que o café não era o seu único produto, e, principalmente, no comércio interprovincial com o seu excedente agrícola.

REFERÊNCIAS

FONTE

BAVIERA, Teresa da. *Viagem pelos trópicos brasileiros*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2013. Coleção Canaã v. 12

BIBLIOGRAFIA

ALCOFORADO, Fernando. *Globalização e desenvolvimento*. São Paulo: Nobel, 2006.

BITTENCOURT, Gabriel Augusto de Mello. *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória, ES: Multiplicidade, 2006.

CARVALHO, Enaile Flauzina. *Redes Mercantis: A participação do Espírito Santo no complexo econômico colonial (1790 a 1821)*. Secretaria de Cultura do Estado do Espírito Santo – SECULT, 2010.

FRAGOSO, João Luís. Economia brasileira no século XIX: Mais do que uma plantation escravista-exportadora. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2000, p. 114-184.

FRAGOSO; FLORENTINO. História Econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: Ensaios de Teoria e Metodologia*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier, 2011, p. 25-40.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Mulheres viajantes no século XIX. In: *Cadernos Pagu*, v. 15, Campinas: UNICAMP, 2000, p. 129-143.

MOREIRA, Bruno Alessandro Gusmão. Os relatos dos viajantes estrangeiros no Brasil oitocentista: possibilidades historiográficas. In: *Anais Ciclos de Estudos Históricos*. Santa Cruz: UESC, 2002.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. *Empreendedores e Investidores em Indústria Têxtil no Rio de Janeiro 1878-1895*. 163f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção Nacional (1830-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. p. 179-223. Coleção História do Brasil Nação (1808-2010) v. 2

PEREIRA, Luciana Lamblet. *História Econômica: Algumas questões metodológicas*. In: Associação Nacional dos Professores Universitários de História - ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005. Disponível em: <<http://www.anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0594.pdf>>. Acesso em 03 de maio de 2015.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SALETTI, Nara. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SARAT, Magda. Literatura de viagem: olhares sobre o Brasil nos registros dos viajantes estrangeiros. In: *Patrimônio e Memória*, v. 07, Franca: UNESP, 2011, p. 33-54.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. *Memórias Estatísticas da Província do*

XI Congresso Brasileiro
de História Econômica

14 a 16 de setembro de 2015 | Vitória/ES

12^a Conferência Internacional
de História de Empresas



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA



Departamento de Economia
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

Espírito Santo escrita no ano de 1828. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.